

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

Os Princípios e Desafios da Educação Integral no Contexto do Programa Mais Educação:

¹SILVA, Bilibio Roseli

²WENDLING, Cléria Maria Cléria

Resumo:

O presente artigo descreve e analisa as atividades desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED) no sentido de refletir sobre os princípios e fundamentos da educação integral no contexto do Programa Mais Educação (PME). A questão chave é ter entendimentos sobre o programa implementado na escola e os princípios da educação integral de qualidade. O estudo descreve um projeto de intervenção pedagógica, desenvolvido em uma escola pública estadual de Braganey/PR, viabilizado por meio de Grupo de Estudos, envolvendo profissionais da escola (professores, equipe diretiva e funcionários), bem como o estudo com professores da rede de ensino estadual do Paraná através do Grupo de Trabalho em Rede (GTR). Para o desenvolvimento teórico foram adotadas diversas práticas metodológicas, com atividade individual ou em grupo, leitura e estudo de textos, pesquisas, dinâmica de grupo, apresentação de slides, vídeos, reflexões e análise documentais sobre a educação integral no contexto da proposta implementada na escola. Os resultados das intervenções e atividades expostas e apresentadas no que se refere a interação entre os cursistas que demonstraram um novo olhar na elaboração do trabalho coletivo com novas práticas que favoreçam e possibilitam a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem no contexto educacional.

Palavras chave: Educação Integral. Programa Mais Educação. Prática Pedagógica.

Introdução:

Este trabalho foi elaborado em meio às mudanças em importantes programas de desenvolvimento da educação. Dentre os quais o Programa Mais Educação (PME). O tema de reflexão gerado a partir de atuações desenvolvidas nas escolas. Instituído pelo Governo Federal, pela portaria Interministerial nº 17/2007, esse programa visava melhorar o índice educacional brasileiro como meta do Plano Nacional de Educação sendo implantado nas escolas públicas brasileiras a partir de 2007. A partir da estratégia de ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral, anuncia-se o desafio da diminuição das desigualdades educacionais, bem como a valorização da diversidade cultural.

Durante o desenvolvimento dos estudos, da implementação e intervenção pedagógica, acompanhamos o processo de desmantelamento do programa para a

¹ Professora Pedagoga do Colégio Estadual do Campo José de Alencar-NRE- Cascavel-PR- Secretaria Estadual da Educação-SEED. e-mail:roseli1927@hotmail.com

² Docente do Curso de Pedagogia da UNIOESTE, campus de Cascavel, Mestre em Educação Brasileira. e-mail: cmwendling@uol.com.br

criação de um novo programa com a manutenção de algumas características, mas com a restrição de seus objetivos. O Programa Novo Mais Educação (PNME) adota uma estrutura de reforço escolar e não mais de educação integral como vinha sendo almejado no PME.

Esse trabalho, portanto trata do PME, cujo foco era o estabelecimento de parcerias entre escola, família, comunidade local e poder público, buscando oportunizar espaços e atividades educativas que possam ampliar a permanência da criança em atividades ligadas à educação, esporte e lazer.

A escolha por trabalhar essa temática no curso de formação continuada PDE decorre de envolvimento por adesão ao PME em 2013 da escola. As ações previstas nesse trabalho vêm ao encontro das necessidades da comunidade escolar local, refletir, avaliar e melhorar as atividades que já são desenvolvidas, que atendem um público que em grande número vivem em situação de vulnerabilidade social.

As ações PME oferecem alternativas que procuram minimizar os problemas sociais da comunidade, bem como, estimular o aprendizado e conseqüentemente obter um melhor desempenho dos estudantes estreitamento de estudos e os laços e responsabilidades entre as famílias dos alunos atendidos pela a escola.

Observando o contexto percebe-se, que a ampliação da jornada e permanência dos alunos na escola abre muitas possibilidades para e ter melhor qualidade no processo educativo, quando se considera a educação como processo de formação do ser humano. No entanto, sendo muitos limites vivenciados pela escola frente às condições da escola atual e o desenvolvimento efetivo e eficiente da proposta implementada na escola essa medida não é totalmente suficiente.

Dessa forma, a pesquisa é pautada pelo seguinte questionamento: Em que medida a ampliação da jornada escolar no contexto do PME, atende aos princípios de uma educação integral de qualidade?

Metodologicamente o trabalho foi desenvolvido a partir de uma perspectiva qualitativa que envolveu análise de documentos e bibliografias sobre o programa e ações formativas junto à comunidade escolar. O trabalho apresenta um ensaio teórico sobre o tema e ações reflexivas desenvolvidas com profissionais de escolas envolvidas com o programa.

As ações reflexivas seguiram as seguintes etapas: Problematização a partir da prática escolar; Estudo em documentos oficiais e bibliografias;

Compartilhamento/extensão; Pesquisa feita pelo grupo de colegas; Elaboração de material didático; Implementação de curso on-line; Reflexão sobre o próprio trabalho.

A Implementação Pedagógica e o Grupo de Trabalho em Rede (GTR) foram orientados com o objetivo de refletir sobre os princípios e fundamentos da educação integral. Procurou-se estudar a nova proposta, conhecendo os aspectos legais de sua estrutura e funcionamento, por meio da leitura de documentos norteadores, legislações e pesquisa - in loco, possibilitando a reflexão entre os cursistas.

Nessa perspectiva, o estudo com os profissionais da educação contemplou pontos importantes vivenciados em ações interventivas que promoveram o trabalho coletivo, levando os profissionais que atuam na escola, repensar suas práticas pedagógicas, no sentido de proporcionar aos alunos o acesso ao conhecimento, saberes, vivências e experiências escolares de maneira integrada, garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento sócio cognitivo inerente a cada sujeito.

Assim sendo, este artigo foi dividido em três seções. Na primeira será apresentado a contextualização das políticas educacionais que vem sendo discutida como proposta de educação integral desde a década de 1920 no sistema de ensino do brasileiro.

Na segunda, está descrito o programa a partir dos documentos que orientam as mudanças ocorridas nos últimos anos desde sua implementação, com o intuito de acompanhar e analisar seus reflexos no campo educacional.

E, por fim, analisamos os resultados das ações desenvolvidas na execução da Implementação Pedagógica e no GTR que compuseram as ações de formação realizada com professores pedagogos da rede estadual de ensino do Estado do Paraná.

1- Educação Integral no Brasil:

Na educação brasileira, a temática da educação integral vem sendo proposta como política pública estritamente responsabilidade dos sistemas de ensino. De acordo com Paro (1988, p. 189), as discussões têm início na década de 1920, “ainda que não necessariamente ligada ao regime de período integral, mas já apontando para algumas necessidades a serem supridas pela educação”. No entanto, “procurava atribuir à escola o papel de contribuir para a solução de problemas

sociais relacionados com a condição de pobreza da população”. (PARO, 1988, p. 192).

O documento Manifesto dos Pioneiros, em 1932, põe em discussão a reconstrução da educação, que além de gratuita e de qualidade, abranja um maior período de tempo, onde os educandos passem a realizar tarefas diretamente voltadas à grade curricular e outras que possam fazê-los refletir sobre seu verdadeiro papel de seres atuantes do mundo e no mundo. Neste período, seriam então, gestados os primeiros elementos que, na década de 1950, passariam a organizar-se como proposta de educação em tempo integral.

A partir da década de 1950 a Educação Integral ressurgiu, porém mais uma vez atendendo apenas a uma parcela da população, ou seja, somente as famílias com maior poder aquisitivo puderam usufruir dessas medidas. Foi criado o Centro Educacional Carneiro Ribeiro – CECR, sendo o seu idealizador o grande difusor do pensamento Escola novista no Brasil, Anísio Teixeira (FREITAS, 2006). A intenção deste pensador era ampliar as funções da escola:

As bases de uma concepção de educação escolar que alcançasse áreas mais amplas da cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e para a cidadania estavam presentes desde os primórdios do percurso de Anísio Teixeira como pensador e político. Essa concepção foi sendo desenvolvida e aperfeiçoada por toda a sua obra e envolveu diversos elementos, entre eles a sua permanente defesa do aumento da jornada escolar discente nos diferentes níveis de ensino (CAVALIERE, 2010, p. 250).

Na LDB de 1961, foram estabelecidas novas metas e parâmetros para a educação. Dentre as quais o Plano Nacional de Educação (PNE) que apresentou parecer sobre as bases em que a educação integral deveria ser estabelecida. No PNE foram elaboradas sugestões para que a articulação das instâncias federal, estadual e municipal garantisse aos serviços educacionais a necessária unidade, transformando-o no mais importante serviço público do país.

É importante ressaltar que a Educação Integral não é somente a ampliação do tempo em que o aluno fica na escola, ela transcende essa perspectiva, como salienta Anísio Teixeira:

Propomos uma escola que dê às crianças seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme

atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (1959, p. 79).

Nesta perspectiva o aluno estaria sendo preparado para a vida e para o trabalho, de acordo com suas habilidades, sem que lhe faltasse o mínimo de estrutura necessária para que conseguisse participar ativamente das atividades diárias.

Contudo a concepção de educação integral esteve esquecida por durante 20 anos, a partir do golpe militar em 1964. A partir da década de 90 até início do século 21, presenciou-se em contexto mundial, experiências diferenciadas propondo atividades fora do espaço escolar através de parcerias para oferta de atividades complementares aos alunos, com metodologias diferentes e com a presença de outros agentes na construção de um território educativo (Coelho, 2012; Villar, 2007; Pereira, 2005; Ander-Egg, 2006).

A *instituição* da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº. 9.394/96, embasa a referida modalidade de ensino, afirma que o Ensino Fundamental deveria ser ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Artigo 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996, s/p.) Foi durante essa década que programas de educação integral no âmbito da parceria entre a Fundação Itaú Social e o Cenpec começaram a ser desenvolvidos, e eles cada vez mais vêm contribuindo para a efetivação e a consolidação de práticas e políticas da área em todo o Brasil.

A partir do século XXI, surgiram inúmeros programas educacionais de governos estaduais e municipais que incorporam o conceito de educação integral com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Em 2007, uma importante iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), lançou o Programa Mais Educação, cujo objetivo é orientar recursos para "fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de

atividades socioeducativas no contraturno escolar". No mesmo momento em que ressurgem, nas políticas educacionais, a ideia e o conceito de educação integral.

O PME constituiu uma estratégia que visa dar suporte a Educação Integral no Brasil. O objetivo do Programa Mais Educação, conforme decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Cap. I, Art.1º é o

[...] de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas atribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos (BRASIL, 2007, p. 2).

No entanto, somente em 2010 a Portaria Normativa Interministerial Nº 17/07 é regulamentada pelo Decreto Presidencial Nº. 7.083, de 27 de janeiro de 2010, onde no Artigo 1º diz:

O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral (BRASIL, 2010, p. 1).

Conforme Moll (2012), o desenvolvimento da educação está na construção de programas e dos resultados e experiências de educação em tempo integral, provocando uma discussão quanto a possibilidade em melhorar o desenvolvimento humano.

Portanto a educação integral precisa estar voltada ao processo de escolarização e aprendizagem devidamente conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidade das crianças, adolescentes e jovens.

2- A Proposta do Programa Mais Educação e seus reflexos educacionais:

O Programa Mais Educação foi instituído pela portaria interministerial nº17/2007 e está integrada as ações do Plano de Desenvolvimento e Estratégia (PDE), interligado ao Governo, a fim de contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da oferta de educação em tempo integral, com jornada igual ou superior a sete horas diárias.

Segundo Moll (2012, p. 27), desde 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)9.394, "a jornada escolar no ensino fundamental, incluindo pelo menos quatro

horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. A estratégia deste do PME é a indução de ampliação de tempo, espaço e oportunidade escolar, promovendo o processo de escolarização e aprendizagem.

Os princípios do Programa Mais Educação pautam-se na construção de ações intrasetoriais entre as políticas públicas, educacionais e sociais buscando contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais valorizando-a diversidade cultural brasileira.

O Programa ofertou em forma de oficinas denominadas Macro Campos que, etimologicamente falando, são grandes campos educacionais compostos por atividades escolhidas junto à comunidade escolar de acordo com a necessidade de cada escola.

É importante frisar que no momento da escolha das atividades a escola precisava relacionar as atividades do PME com as que compõem a ementa curricular já estabelecida, pois é fundamental haver articulação entre as ações para o bom funcionamento e maximização dos resultados.

Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que procura orientar as políticas de educação brasileiras pelos dez anos seguintes. Uma das metas do PNE abordava a questão da ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. A meta 6 (seis), instituído pela Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016 estipula: “A educação brasileira deve oferecer nos próximos dez anos educação em tempo integral em, no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.”

Moll (2012) relata que o programa é uma proposta com perspectiva de retomar as discussões sobre a Educação Integral, com intuito de mapear as iniciativas existentes no Brasil. Porém, não se trata apenas de ampliação de tempo escolar, mas sim oferecer um currículo que vá ao encontro das dimensões formadoras dos educandos.

Segundo Machado (2014) para que se tenha êxito na implantação da Educação Integral é necessário, dentre outras questões, um currículo embasado no Projeto Político Pedagógico, uma política de formação de professores e uma infraestrutura adequada.

Para GADOTTI (2009), o princípio geral de educação integral é, evidentemente, o da integralidade:

O conceito de integralidade refere-se à base da educação, que deve ser integral, unilateral e não parcial e fragmentada. Uma educação integral é educação com qualidade social cultural. Não se trata apenas de estar na escola em horário integral, mas de ter a possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas que desenvolvem o corpo, a mente, a sociabilidade, a arte, a cultura, a dança, a música, o esporte, o lazer (p.98).

O autor ressalta que o PME tem grandes possibilidades, pois seu principal foco é a qualidade da aprendizagem. Oferecer uma educação de qualidade não é simplesmente transferir conhecimentos, mas valorizar o lúdico, o brincar, a corporeidade, resgatando diferentes culturas. O autor destaca que, “o PDE é a primeira política pública educacional a encarar a questão da qualidade de ensino como prioridade” (GADOTTI, 2008, p.22).

De acordo com esses autores o Plano possibilita avançar não somente na ampliação do tempo de permanência na escola, mas na efetiva garantia do direito à aprendizagem e o desenvolvimento de todas as suas potencialidades humanas de forma igualitária para crianças e adolescentes.

Passado um período de oito anos da efetividade da proposta, começam a surgir os primeiros estudos e avaliações do Programa de Educação Integral. No mundo acadêmico são produzidos resultados a partir de pesquisa de campo, como estudos de casos e avaliação de projetos desenvolvidos em escolas. Esses estudos apresentam alguns resultados positivos do programa. Mattos (2011) considera que o programa permite a ampliação da diversidade de atividades desenvolvidas na escola e promove a aprendizagem e a congregação de novas oportunidades socioeducativas. Para seu estudo ela analisa uma escola em Duque de Caxias, RJ. Já Meneses (2012) considera que o programa mais educação é um indutor importante para o desenvolvimento de qualidade educacional para todo o Brasil e cuja indução ocorre pelo Ministério da Educação a partir das definições da Conferência Nacional da Educação (CONAE).

Por outro lado em pesquisa realizada pelo Banco Mundial em parceria com a Fundação Itaú Social, considera-se que o programa não alterou os índices de evasão escolar nem os resultados dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o desafio de buscarmos atingir as Metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014,

que determinam a ampliação da oferta de educação em tempo integral e a melhoria da qualidade e do fluxo escolar e da aprendizagem das escolas públicas.

A partir deste último estudo, e posterior à traumática destituição do governo do Partido dos Trabalhadores, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a extinguiu o Programa, e o substituiu pelo, pelo Programa Novo Mais Educação pela Portaria MEC nº 1.144/2016. Segundo a portaria se trata de uma estratégia do MEC que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

No Programa Novo Mais Educação há duas opções de carga horária: cinco (5) ou quinze (15) horas semanais em contraturno escolar. As escolas que optarem pelo primeiro modelo deverão realizar duas atividades de acompanhamento pedagógico (uma de Língua Portuguesa e outra de Matemática), dividindo o tempo igualmente entre elas. Já as que optarem pelas 15 horas, precisam contemplar as duas disciplinas com quatro horas dedicadas a cada uma e oferecer outras três atividades, divididas nas sete horas restantes. Essas últimas devem ser de livre escolha das escolas nos seguintes campos: artes, cultura, esporte e lazer e estar inseridas no Sistema Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo.

O Programa tem por finalidade contribuir para a:

- I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais;
- IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

O Programa Novo Mais Educação foi implementado nas escolas públicas de ensino fundamental, por meio de articulação institucional e cooperação com as secretarias estaduais, distrital e municipal de educação, mediante apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC).

No formato do antigo programa, além de contar com uma atividade de acompanhamento pedagógico, eram oferecidas nove outros macro campos de livre

escolha da escola. Já no Programa Novo Mais Educação, apenas a opção de 15 horas de carga horária possibilita atividades além do reforço escolar, se limitando a três áreas: artes, cultura, esporte e lazer. As atividades oferecidas pela primeira versão incentivava a ampliação da aprendizagem significativa e diferenciada. A nova versão do programa se reduz a áreas mais tradicionais do currículo, trazendo à comunidade escolar menor possibilidades para a escolha de novos temas, se configurando em prejuízos para a educação de qualidade que tanto se almeja.

2.1- O Programa Mais Educação na escola em estudo:

Conforme documentos pesquisados e experiências vividas, a escola em estudo fez adesão ao Programa Mais Educação em 2013, sendo que as atividades tiveram início em 2014 com o atendimento de 100 alunos no período oposto ao ensino regular, composto por 3 (três) turmas. As atividades eram ministradas por professores da rede estadual e o acompanhamento de um monitor para cada turma com recursos repassados no PDE interativo pela SEED.

Inicialmente foram inseridos os alunos que estavam em condição de vulnerabilidade social, com baixo rendimento escolar, e que recebiam benefício do Programa Bolsa Família. Estava explícito o objetivo de redução das desigualdades e a atingir melhores resultados no ensino aprendizagem dessas crianças e adolescentes.

As oficinas ofertadas foram escolhidas junto à comunidade escolar com o intuito de contribuir para o aprendizado nas diversas áreas, desportivas, cultural, tecnológica e ambiental, principalmente o acompanhamento pedagógico.

No ano de 2015 as matrículas foram diminuindo gradativamente com 60 alunos em 2 turmas e em 2016 apenas uma turma com 30 alunos em contraturno sem o atendimento do monitor.

Neste ano (2017), após a avaliação do Programa conforme portaria citada anteriormente, o MEC fez mudanças, disponibilizando professores da rede somente para as atividades de Acompanhamento Pedagógico com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática. Essas atividades precisam apresentar metodologias inovadoras e ter como foco a superação dos desafios apontados pela avaliação do Banco Mundial/Itaú.

A escola alegou não ter recursos humanos e financeiros para as atividades complementares que seriam atendidas pelos monitores e com isso, fez adesão à modalidade de 05 (cinco) horas de atividades complementares por semana realizando 2 (duas) atividades de Acompanhamento Pedagógico:

- 1 (uma) de Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa, com 2 (duas) horas e meia de duração.
- 1 (uma) de Acompanhamento Pedagógico de Matemática, com 2 (duas) horas e meia de duração.

Portanto, a escola está atendendo em período contraturno cerca de 30 alunos, tendo por finalidade principal contribuir para a alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes. E ainda para a redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar e melhoria dos resultados de aprendizagem.

3- Resultados e Discussões:

A Produção Didático Pedagógica, elaborada sob a orientação da Professora Cléria Maria Wendling da UNIOESTE- Universidade Estadual do Paraná-Campus de Cascavel, permitiu a Implementação do Projeto, o mesmo ocorreu no Colégio Estadual do Campo José de Alencar do Município de Braganey/Pr, no formato de Grupo de Estudos, com a participação de 19 (dezenove) cursistas, sendo professores, agentes educacionais I e II, pedagogo e direção da escola.

Os encontros foram semanais, com certificação de 40 (quarenta) horas, sendo 32 (trinta e duas) horas presenciais e 08 (oito) horas não presenciais.

O GTR – Grupo de Trabalho em Rede, outra formação obrigatória ao Programa, foi desenvolvida com 16 (dezesesseis) cursistas, sendo professores pedagogos da rede estadual de ensino, tendo, ao final de sua realização, 11(onze) concluintes.

3.1- O Projeto de Implementação:

Nesta seção faremos uma descrição das ações desenvolvidas juntamente com os educadores, apresentando as reflexões produzidas no grupo. A descrição é importante como registro e dado para a compreensão do processo em que as reflexões acima foram confrontadas com os profissionais que atuam na área. A descrição apresenta a riqueza do debate ocorrido e a construção de novos significados à medida que são aprofundados os elementos da educação integral e em que as atividades desenvolvidas são postas sob reflexão.

Iniciamos o primeiro encontro de formação com um vídeo e a apresentação do cronograma e dinâmica completa do curso. Foi questionado ao grupo sobre o que significa a educação integral e cada participante colou imagens no mural disponível na sala para sensibilização para o tema.

Com a finalidade de refletir sobre os conceitos de Educação Integral fizemos uma exposição de textos em slides e apresentação do vídeo sobre o Conceito de Educação Integral, de Miguel Arroyo (2012). Para o autor a Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Após apresentação, o grupo analisou os elementos presentes no mural e os conceitos apresentados, relatando que para formar o indivíduo na sua totalidade é necessário elementos significativos a fim de construir condições reais para o atendimento e a garantia do desenvolvimento de sujeitos em todas as suas dimensões, como: intelectual, física emocional social e cultural.

No momento da apresentação da dinâmica do curso a direção e coordenação presente sinalizou um desânimo frente à reformulação a partir do PNME. Quando questionadas o porquê do desinteresse em aderir a nova proposta alegaram que a mudança do programa em 2017, trouxe consequências para a escola em razão da diminuição dos recursos financeiros e a defasagem de funcionários para atender a demanda. A partir das discussões percebemos que o grupo não era conhecedor da nova proposta apresentada. Essa situação desafiou-nos alterar um pouco os rumos de algumas discussões no decorrer do curso e no mesmo momento expliquemos sobre o funcionamento do (PNME).

Finalizamos o encontro com encaminhamento de atividades não presenciais: texto referente ao PNME; questionário com questões sobre a proposta implementada e concepção do PME.

O Segundo encontro de formação desenvolvemos estudo de texto em grupo que discutia a Política de Educação Integral em Jornada Ampliada da Rede Estadual de Ensino do Paraná e a apresentação em plenária das ideias discutidas no texto articulada com a realidade da escola. Além disso, promovemos discussão sobre as formas de planejamento, metodologias e dinâmicas de avaliação que ocorreram nos processos.

Essas atividades permitiram uma reflexão e a superação de entendimentos e desafios, assim como um consenso em torno dos pontos positivos e os resultados alcançados até o momento.

No desenvolvimento do terceiro e quarto encontros foram realizadas dinâmicas, reflexões, apresentação dos resultados da pesquisa feita na escola, sobre os princípios da educação integral e do Programa Novo Mais Educação (PNME), contextualizando as mudanças e sua importância para a comunidade atendida pela escola.

Aprofundamos o debate sobre os processos que geram as mudanças no programa, problematizando os critérios e avaliação utilizados para criticar os moldes anteriores. Construímos coletivamente um quadro expondo as dificuldades enfrentadas, propondo encaminhamentos para superação dos problemas com ações para a Nova Proposta.

Na análise e discussão das metodologias desenvolvidas na escola e das metodologias indicadas pela SEED, o grupo apontou os obstáculos dentro da nova proposta, indicando a atuação de monitores, pois estes necessitam do acompanhamento constante do professor pedagogo no planejamento das atividades, sobrecarregando esse setor e inviabilizando a realização de um trabalho adequado.

Esses dois encontros foram muito positivos, pois o grupo recupera a motivação, entendendo que a adesão a nova proposta é necessária, sendo que de acordo com a realidade da escola muitos estudantes encontram-se com defasagem na aprendizagem e o atendimento em contraturno se torna imprescindível, mesmo havendo a subtração no âmbito da proposta de educação integral.

A diretora propôs ao grupo a necessidade de convocar a comunidade, a fim de realizar uma assembleia geral para esclarecer, através de leituras, apresentação dos documentos norteadores e fundamentação teórica, o intuito do Programa Novo Mais Educação que mantém parte dos objetivos de promover uma educação com mais qualidade, requerendo ainda mais participação, responsabilidade e compromisso de todos nesse processo.

O quinto encontro, foi marcado pela socialização das experiências exitosas desenvolvidas no decorrer dos três anos de atividades na escola. Os cursistas pesquisaram durante a semana com alunos, professores, funcionários e comunidade algumas dessas atividades, realizando a apresentação através de cartazes, fotos, slides e áudios. As atividades exitosas relatadas aconteceram em sala de aula, em outros espaços da comunidade e em outros municípios.

Depois desse momento, os cursistas utilizaram o laboratório de informática da escola, para pesquisarem novas possibilidades e metodologias para o desenvolvimento de atividades para o PNME. Como sabemos o MEC (2009), propõe uma metodologia de trabalho diferenciada que possibilite ao educando a produção de conhecimento e da cultura.

No sexto encontro realizamos o planejamento de ações desafiador a partir dos princípios da Educação Integral, do PME e do PNME, onde cada grupo de posse de documentos orientadores construíram projetos articuladores entre os saberes dos diferentes campos do conhecimento para ser desenvolvido durante a semana nas atividades existentes na escola. Foi muito interessante, pois os participantes desenvolveram seu planejamento de forma completa e com uma postura autônoma e engajada.

No desenvolvimento do sétimo encontro realizamos a exposição, relato, reflexões e registros sobre as ações planejadas e desenvolvidas nas atividades da escola durante a semana, permitindo uma reflexão coletiva e crítica das experiências e avaliação dos projetos expostos para melhoria das práticas futuras.

De acordo com registros dos grupos, os avanços referentes aos resultados apresentados nesse encontro, mostraram um engajamento e um grande aproveitamento do curso de formação desenvolvido durante a semana demonstrando coesão entre todos os membros presentes.

Ao concluir o encontro os participantes acreditam que a formação continuada é muito importante para os professores que atuam no programa. Essa necessidade

está vinculada ao conhecimento sobre as diferentes metodologias a serem utilizadas no trabalho para evitar repetição de atividades o que poderia ficar cansativo, podendo constituir uma das possíveis causas da evasão.

No oitavo e último encontro foram apresentadas as dimensões e indicadores que servem como Instrumento de acompanhamento e avaliação. Cada grupo elencou e registrou os desafios e ações na dimensão correspondente com a apresentação em plenária.

Para finalizar o encontro realizamos a avaliação da implementação da nossa ação de formação na escola em que os participantes relataram que o curso atendeu as expectativas, promovendo momentos de estudo, socialização, interação, reflexão e a mudança sobre a prática educativa.

Com base no registro dos cursistas fica clara a necessidade de formação específica para os profissionais que fazem parte do programa. Acreditam que o diálogo e a troca de experiência diante do que é vivenciado deve ser constante, para que todos os envolvidos no processo educativo se apropriem de novos conhecimentos, tornando a prática diária mais significativa e a educação integral com mais qualidade.

Acreditamos que o estudo desenvolvido trouxe para a escola maior envolvimento entre os cursistas, promovendo mais conhecimentos sobre a proposta aderida e a melhoria nas práticas pedagógicas desenvolvida na escola, promovendo melhorias para o Ensino Aprendizagem.

3.2 - O GTR – Grupo de Trabalho em Rede:

O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) compõe uma das atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e se caracteriza pela interação a distância entre o professor PDE e os demais professores da rede pública estadual de ensino do Paraná.

Conforme a SEED – Secretaria de Estado da Educação, o GTR objetiva “articular o referencial teórico com as propostas de ações apresentadas no projeto de intervenção pedagógica e na produção didático pedagógica, de modo a redimensionar o quadro teórico metodológico adotado, bem como as ações previstas inicialmente, de maneira que o projeto do professor PDE possa encontrar

sustentação na prática pedagógica; estimular a aproximação da Educação Básica e do Ensino Superior, por meio da ação dos professores orientadores no GTR”.

O GTR é composto por três módulos, o primeiro teve como objetivo: aprofundar teoricamente o tema Educação Integral, buscando uma fundamentação teórica que favorecesse a compreensão sobre a importância da educação integral no contexto do PME. O estudo foi desenvolvido pela necessidade de ampliar o tempo e as oportunidades de aprendizagem, visando à melhoria da qualidade de ensino e desenvolvimento integral do aluno.

O Segundo módulo possibilitou socializar as produções já elaboradas e refletir sobre elas. As produções contribuíram para a discussão e a reflexão da educação integral no Brasil, especificamente a proposta implementada nos últimos dez anos (PME), como política indutora e parte do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), que tem como princípio a educação integral com a finalidade da universalização da mesma nas escolas públicas brasileiras, que se expressa como possibilidade para a melhoria da qualidade do ensino.

No terceiro módulo buscou-se analisar a execução do projeto de intervenção. Foi o momento de avaliar em que medida os procedimentos previstos no projeto foram concretizados no ambiente educacional. Cada cursista participou dessa análise, contribuindo com alternativas possíveis para contornar obstáculos e superar fragilidades identificadas no processo.

Para tanto o estudo permitiu aos cursistas que, de posse de todos os conhecimentos construídos pelo grupo, elaborassem novas estratégias para implementar em suas escolas, junto às propostas apresentadas no curso.

4- Considerações Finais:

Considerando que o conceito de educação integral busca o desenvolvimento pleno do ser humano, o estudo teve como foco principal, analisar e refletir os princípios e fundamentos da educação integral no contexto do Programa Mais Educação.

Sabemos que esse desenvolvimento só é possível quando se considera que o processo de aprendizagem ocorra de modo multidimensional contemplando as dimensões: física, afetiva, cognitiva, ética, estética e política, todas articuladas aos

diversos saberes da escola, da família, da comunidade e da região em que o indivíduo esta inserido.

Neste sentido, a escola precisa oferecer aos educandos a oportunidade de conhecer e incorporar novos saberes, possibilitando a transformação do Ambiente de Ensino através da prática educativa em Ambiente de Aprendizagem. Esses saberes precisam ser considerados quando se trata do desenvolvimento pleno do indivíduo.

Dentre os desafios que obstaculizam a proposta de educação integral na escola, foram sinalizados no grupo do GTR e no grupo de estudos a necessidade de maior conhecimento sobre o programa por parte dos profissionais da escola, a melhoria na formação e planejamento, o fortalecimento da assiduidade dos alunos, um melhor envolvimento dos pais, o cumprimento dos prazos para a disponibilização dos recursos em tempo apropriado a compra de materiais e merenda, um maior comprometimento do poder público com a oferta do transporte escolar e a ampliação do envolvimento da comunidade em geral.

Respondendo à questão problema em estudo, ficou evidente, que a proposta implementada trouxe melhorias para aprendizagem dos alunos. No entanto, é necessário muito investimento e mudanças para atingir os objetivos anunciados nos documentos.

Os educadores acreditam que a efetividade completa do Programa não depende somente da escola ou do trabalho dos profissionais, mas de um conjunto de ações que exige uma política local de educação que dialogue com a escola e valorize o território como possibilidade de espaço educativo, compartilhando saberes e responsabilidade educativa entre famílias e a sociedade civil e a estrutura estatal. Além disso, torna-se imprescindível as ações quanto ao processo de formação continuada, ao financiamento, ao planejamento, à melhoria da alimentação para os alunos e ao compromisso de todas as instâncias federativas, fortalecendo assim a convivência comunitária.

O estudo realizado mostra ainda que a proposta de educação integral teve uma trajetória de implementação marcada por momentos de incertezas e mudanças, rupturas, retomadas, e mais recentemente a redução no atendimento na escola em estudo. Nas discussões realizadas ressalta-se, a necessidade de políticas e ações que subsidiam de forma duradoura as propostas implementadas, estimulando novas

experiências, contribuindo assim para qualificar as ações, tendo em vista a garantia de educação numa perspectiva integral.

Acreditamos que os resultados do estudo realizado no Colégio Estadual do Campo José de Alencar foram satisfatórios para os participantes, pois obtivemos o envolvimento, o empenho, a dedicação e o trabalho em equipe de todos. Observamos que a partir do estudo algumas mudanças estão ocorrendo na escola, com inovações na prática pedagógica e um maior comprometimento na busca da educação integral de qualidade.

Referências:

Ander-Egg, E. (2006). **La ciudad educadora como forma de fortalecimiento de la democracia y una ciudadanía activa y convivencial**. 1.ed. Córdoba: Brujas.

BRASIL. Lei n. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional**. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dez./1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> acesso em 24/09/2017

_____. Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm> acesso em 24/09/2017.

_____. Portaria Interministerial nº 17. **Institui o Programa Mais Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de abril/ 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf> acesso em 24/09/2017.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o programa mais educação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/decreto/d7083.pdf Acesso em 29-09-2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 02-07. Acesso em 29-09-2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/SASE, 2014. Acesso em 05-10-2017.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia, v. 20, n. 46, p. 249-59, maio-ago. 2010.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **Alunos no ensino fundamental, ampliação da jornada escolar e educação integral**. Educar em Revista, Curitiba, v. 45, p. 73-89, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602012000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 set. 2017.

FREITAS, Cezar Ricardo de. **A experiência da escola em tempo integral na rede pública municipal de Cascavel** (2001 – 2005). Unioeste, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo ED,L., 2009.

MACHADO, Lurdes Regina Borges Lima. **Educação Integral na EBIAS: O Programa Mais Educação como transitoriedade e ação indutora**. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_04_2014_9.53.08.780cc79e827c3620584c7a02e81140f9.pdf Acesso em 20/09/2017.

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. **O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola**. Revista Espaço Acadêmico, nº 116, janeiro de 2011. Disponível em <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/463>. Acessado em: 08/12/2017.

MENEZES, Janaina S. S., **Educação em tempo integral: direito e financiamento**. **Educar em Revista** [on line] 2012, (Julio-Septiembre), Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155024666010> ISSN 0104-4060: Acessado em: 8 de dezembro de 2017.

MOLL, Jaqueline. **A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública**. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-46

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED/DEB, 2008.

_____. Documento Síntese PDE. **Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. SEED: Curitiba, 2012.

PARO, Vitor Henrique. (et al.). **Educação de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SEED. Semana Pedagógica - Fev/2015 - **Escolas Regulares**. Curitiba: 2015. Disponível http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2015/anexo1_plano_acao_escola_sp2015.pdf -Acesso: 01-11-2016.

TEIXEIRA, Anísio. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, vol.31, nº 73, p. 78-84, jan./mar., 1959.

Sites pesquisados

<http://educacaointegral.org.br/conceito/> Acesso em 18-10-2016.

<http://educacaointegral.org.br/reportagens/mais-educacao-em-debate-qual-futuro-programa-educacao-integral/> acesso em 29-08-17.

<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao> acesso em 29-08-2017.